



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IHD
Departamento de Serviço Social – SER

**ÉTICA EM PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL: UM PERFIL DOS ARTIGOS
PUBLICADOS NA REVISTA KATÁLYSIS SOBRE PESQUISAS COM SERES
HUMANOS**

Ana Carolina Lima de Oliveira – mat.: 08/23996

Brasília, DF
2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IHD
Departamento de Serviço Social – SER

**ÉTICA EM PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL: UM PERFIL DOS ARTIGOS
PUBLICADOS NA REVISTA KATÁLYSIS SOBRE PESQUISAS COM SERES
HUMANOS**

Ana Carolina Lima de Oliveira – mat.: 08/23996

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de
Assistente Social no curso de Serviço
Social da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Guedes

Comissão examinadora

Prof. Dr. Cristiano Guedes
Orientador

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB)

Prof.^a Dra. Debora Diniz

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB)

Prof.^a Ma. Lívia Barbosa Pereira

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB)

Brasília, agosto de 2011

Dedicatória

Dedico esta monografia a Josué e Odranice, que em nenhum momento mediram esforços para realização dos meus sonhos, que me ensinaram os caminhos corretos e a fazer as melhores escolhas. A eles que são meus exemplos de vida. A eles eu devo a pessoa que me tornei. Sou extremamente feliz e tenho um imenso orgulho por chamá-los de pai e mãe.

EU AMO VOCÊS!

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao meu Deus, que nunca me abandonou e que sempre esteve comigo, me amando e me sustentando mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha família, obrigada por tudo. Por todo o amor e dedicação. Agradeço pelo carinho e pelo apoio dispensados em todos os momentos que precisei. Obrigada por nunca terem medido esforços. Tenho certeza que não estou sozinha nessa caminhada.

Ao Leandro, pelo carinho e por sua capacidade de me trazer paz na correria de cada semestre. Obrigada por nunca ter me deixado desistir. Agradeço a paciência e a compreensão, duas de suas maiores qualidades.

Ao professor Cristiano Guedes: pela paciência na orientação e incentivo, que tornaram possíveis a conclusão desta monografia. Obrigada por contribuir imensamente na minha formação acadêmica e profissional. Agradeço seu apoio e dedicação. Afinal, essa monografia foi escrita a quatro mãos.

Às minhas amigas que tem me acompanhado desde o primeiro semestre, em especial: Tázya Sousa, Vanessa Raquel, Íris Marques e Rafaela Câmara. Vocês fizeram com que cada minuto valesse à pena. Obrigada pelo apoio, mesmo nos meus devaneios, e pelo conforto nos meus momentos de desespero. Vocês melhoraram tudo o que tenho produzido na vida, inclusive esta monografia.

Ao Programa de Iniciação Científica da UnB, que me proporcionou um contato maior com a pesquisa e, com isso, me concedeu uma oportunidade de crescer academicamente.

Ao grupo de pesquisa “Anemia Falciforme, Genética e Direitos Humanos”, ao qual pertenço, e à Camila Torres, minha colega de pesquisa e graduação. Nossas discussões contribuíram muito para a análise dos dados desta monografia.

Agradeço também aos professores e funcionários do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

A todos vocês, obrigada por acreditar em mim e na minha profissão. Por me apoiarem sempre, principalmente, quando mais nem eu acreditava. Sem vocês, nada disso seria possível.

Epiágrafe

O respeito pelos direitos humanos na experimentação humana exige que se enxerguem as pessoas como únicas, como fins em si mesmos. [...] não devemos ver qualquer pessoa como uma abstração. Em vez disso, devemos ver em cada indivíduo um universo com seus próprios segredos, com os seus próprios tesouros, com suas próprias fontes de angústia, e com certa medida de triunfo.

(Wiesel, 1992, p. ix)¹

¹ Elie Wiesel é judeu, sobrevivente dos campos de concentração nazistas da Segunda Guerra Mundial. Como jornalista e professor universitário, é autor de mais de cinqüenta livros e já recebeu mais de 100 títulos honoríficos de instituições de ensino superior. Elie Wiesel ganhou, em 1986, o Prêmio Nobel da Paz, e, juntamente com a sua esposa criou a Fundação Elie Wiesel para a Humanidade, que milita em prol dos direitos humanos (The Elie Wiesel Foundation for Humanity, 2011).

Resumo

Essa monografia analisa artigos oriundos de pesquisas envolvendo seres humanos publicados na Revista Katálysis, um dos principais periódicos nacionais do campo disciplinar do Serviço Social no Brasil. O objetivo central é traçar um perfil desses artigos, a fim de descrever em que medida estes artigos seguem os cuidados éticos contidos na resolução CNS n. 196/96. Foram estudados 54 artigos da revista. Estes foram selecionados após a análise do título e resumo de todos os artigos da revista, com objetivo de identificar se o artigo era resultante de uma pesquisa com seres humanos. Para auxiliar na coleta de dados foi criado um roteiro. Os resultados revelaram que a maioria dos (as) participantes pesquisados (as) pode ser considerada vulnerável e que grande parte dos artigos é publicada por professores (as), pesquisadores (as) e alunos (as), ou seja, ligados (as) a área acadêmica. Também foi constatado que, em geral, os (as) pesquisadores (as) estão na região sul do Brasil e tem alguma titulação em Serviço Social. Quanto aos cuidados éticos adotados nas pesquisas, notou-se que mais de 70% dos artigos não indicaram a adoção de cuidados éticos tais como especificados na Resolução 196/96, além de não haver menção ao uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Palavras-chave: Revista Katálysis, Serviço Social, vulnerabilidade, ética em pesquisa, Resolução 196/96.

Abstract

This monograph analyzes articles from research involving human beings published in the journal Katálysis, a major national journals of the disciplinary field of Social Work in Brazil. The main objective is to draw a profile of these articles, in order to describe how these articles follow the ethical considerations contained in Resolution CNS n.196/96. This study investigated 54 articles in the journal. These were selected after analysis of the title and summary of all articles the journal, in order to identify whether the article was a result of research with human beings. To assist in data collection was created a script. The results revealed that the majority of respondents can be considered vulnerable and that most articles are published by teachers, researchers and students, in other words, connected the academic area. It was also noted that, in general, the researchers are in southern Brazil and has a titration in social work. As for the ethical care adopted in the polls, it was noted that over 70% of the articles do not indicate the adoption of ethical considerations such as specified in Resolution 196/96, and there is no mention of the use of the Term of Consent.

Keywords: Journal Katálysis, Social Work, vulnerability, research ethics, Resolution 196/96.

Lista de quadros e gráficos

Lista de quadros

Quadro 1. Categorização temática dos artigos pesquisados_____	30
Quadro 2. Técnicas de pesquisa utilizadas pelos(as) autores(as) pesquisados(as)____	31
Quadro 3. Idioma das publicações_____	32
Quadro 4. Pesquisas publicadas que receberam financiamento do CNPq e da CAPES_____	33
Quadro 5. Finalidade da pesquisa_____	34
Quadro 6. Distribuição geográfica dos(as) autores(as) que publicaram pesquisas com seres humanos na revista Katálysis_____	35
Quadro 7. Titulação acadêmica dos(as) autores(as)_____	36
Quadro 8. Filiação institucional dos(as) autores(as)_____	36
Quadro 9. Faixa etária das pessoas pesquisadas_____	37
Quadro 10. Principais cuidados éticos adotados pelos(as) autores(as)_____	39
Quadro 11. Artigos que constam o pedido do TCLE aos(as) participantes_____	40
Quadro 12. Devolução do resultado da pesquisa para os(as) participantes_____	41

Lista de gráficos

Gráfico 1. Número de publicações de pesquisas envolvendo seres humanos na revista Katálysis de acordo com o ano de publicação do artigo_____	32
---	-----------

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1: <i>Abordagem teórico-metodológica</i>	14
1.1. Referencial teórico	14
1.2. A revista Katálysis	22
1.3. Metodologia	23
1.4. Instrumental	24
1.5. Categorização temática e tabulação dos dados	25
1.6. Cuidados Éticos	26
Capítulo 2: <i>Apresentação e análise do objeto de estudo</i>	28
2.1. Evolução dos critérios éticos exigidos pela revista Katálysis	28
2.2. O que é publicado na revista Katálysis?	30
2.3. Quem publica?	34
2.4. Quem é pesquisado?	37
2.5. Quais os cuidados éticos adotados?	39
Considerações Finais	42
Referências Bibliográficas	44
Anexo	51

Introdução

“Mas eu sempre achei estranho que, se as células da nossa mãe fizeram tanto pela medicina, como é que a família dela nem tem dinheiro pra pagar um médico? Não faz sentido. As pessoas ficaram ricas às custas da minha mãe, e a gente nem sabia que tinham pegado as células dela, e a gente não recebeu um centavo.”- A voz de Deborah (Skloot, 2011, p. 27-28).

Henrietta Lacks era uma mulher negra, humilde e sem muita escolaridade (Skloot, 2011). Até então, anônima e vivendo em um período de segregação entre negros e brancos nos Estados Unidos, Henrietta descobre que tem câncer e morre da doença em 1951 (Skloot, 2011). Em prol do avanço científico, as células da mulher são retiradas sem o seu consentimento ou de seus familiares, que só descobriram o fato 20 anos depois (Skloot, 2011). As células de Henrietta foram mantidas vivas e proporcionaram uma revolução na ciência (Skloot, 2011). Através delas foi possível: o mapeamento de genes, fertilização *in vitro*, quimioterapia, vacina contra pólio, clonagem (Skloot, 2011). Segundo Skloot (2011), Henrietta Lacks teve uma vida imortal. Contudo, até onde a imortalidade de Henrietta se traduziu em benefícios para sua família?

As regulamentações e normas legais que pautam a ética em pesquisa envolvendo seres humanos visam preservar a integridade e os direitos das pessoas pesquisadas. Analisar em que medida esses cuidados éticos estão sendo adotados é de grande relevância para que não se repita histórias como a da família Lacks e tantas outras que poderiam ser citadas, como: o estudo Tuskegee e a pesquisa realizada na prisão Stanford (Guilhem; Diniz, 2008), além do caso Yanomami no Brasil e na Venezuela (Diniz; Guerriero, 2008).

A regulamentação ética vigente no Brasil tem sua origem em 1996². Criada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), a resolução n.196/96 estabelece critérios éticos que

² Em 1988 foi criada a primeira resolução para regulamentar a ética em pesquisa com seres humanos. Contudo, esta resolução não teve grande adesão da comunidade científica nacional em virtude de lacunas quanto à estrutura e ao funcionamento do processo de revisão ética de pesquisas com humanos. Esta

devem ser seguidos em casos de pesquisas que envolvem seres humanos. A norma visa garantir direitos e deveres, tanto de quem pesquisa, quanto do(a) pesquisado(a) e do Estado (Brasil, 1996). Os critérios estabelecidos pela resolução incluem, dentre outras coisas: a concessão do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), que tem como objetivo principal preservar a voluntariedade da participação e o respeito à dignidade e decisão do (a) indivíduo (a) participante da pesquisa, além de resguardar os direitos dos (as) pesquisadores (as); o equilíbrio entre os riscos e benefícios que a pesquisa possa trazer para quem dela participe; a realização da pesquisa somente quando há alguma relevância social e não gere prejuízos para os (as) participantes; a confidencialidade e a privacidade dos dados obtidos, resguardando quem opta por participar da pesquisa; o respeito aos valores culturais, sociais e costumes dos (as) pesquisados (as); a necessidade de que o estudo se traduza em benefícios para as pessoas e populações pesquisadas; e que haja um retorno da pesquisa para quem dela participe (Brasil, 1996).

A presente monografia é produto final da disciplina intitulada “Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC) e é apresentada como requisito parcial para a aquisição do grau de Assistente Social no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília. Este estudo analisa artigos oriundos de pesquisas envolvendo seres humanos publicados na Revista Katálysis, um influente periódico científico na área de Serviço Social. O objetivo central deste trabalho é traçar um perfil desses artigos, a fim de descrever em que medida artigos oriundos de pesquisas envolvendo seres humanos seguem os cuidados éticos contidos na resolução CNS n. 196/96.

O interesse por esse objeto de estudo surgiu em virtude da minha trajetória acadêmica. Nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social 1 e 2 pude me aproximar conceitualmente do tema da ética em pesquisa. Durante o período de Estágio Supervisionado, pude constatar a importância da pesquisa para a atuação profissional das (os) assistentes sociais. A partir do ingresso no grupo de pesquisa “Anemia Falciforme, Genética e Direitos Humanos”, também pude vivenciar a importância da ética para um (a) pesquisador (a). Este objeto de estudo surgiu, então, a partir de uma idéia construída juntamente com o professor Cristiano Guedes, orientador deste

resolução foi, então, revista, gerando a resolução de 1996, vigente até hoje (Guilhem; Greco, 2008). Estes aspectos históricos da ética em pesquisa no Brasil serão aprofundados no capítulo 1.

trabalho. Nesta monografia, pude juntar então ambos os temas, a ética em pesquisa e a pesquisa para o Serviço Social, analisando em que medida nos apropriamos da resolução vigente para pautar os cuidados éticos de nossas pesquisas.

A estrutura deste trabalho compreende dois capítulos. O primeiro buscou contextualizar a história da ética em pesquisa nacional e internacionalmente, apresentando as normas legais e éticas existentes e qual foi o percurso para alcançá-las. Além disso, a resolução CNS n. 196/96 foi analisada de forma crítica, mostrando as dificuldades de adaptá-la a outras áreas de conhecimento que não seja a biomédica. Este capítulo debate a importância da pesquisa para o Serviço Social e a categoria vulnerabilidade, uma vez que os (as) usuários (as) de serviços sociais são, em geral, vulneráveis e os resultados obtidos por meio da pesquisa e sua divulgação podem resultar em mais *vulnerabilidade* e *exclusão*. O capítulo ainda apresentou a revista Katálysis, a metodologia, o instrumental e os cuidados éticos utilizados na presente pesquisa.

O segundo capítulo compreendeu a análise dos dados obtidos durante a pesquisa. Para isto, fez-se, primeiramente, uma análise da evolução dos critérios éticos exigidos pela revista Katálysis no decorrer do tempo. Os dados obtidos foram provenientes do instrumental criado para a análise dos artigos (em anexo). Dentre os resultados destaca-se o fato de que a maioria dos (as) pesquisados (as) é vulnerável e que grande parte dos artigos é publicada por professores (as), pesquisadores (as) e alunos (as), ou seja, ligados (as) à área acadêmica. Também foi constatado que, em geral, os (as) pesquisadores (as) estão na região sul do Brasil e tem alguma titulação em Serviço Social. Quanto aos cuidados éticos adotados nas pesquisas, notou-se que mais de 70% dos artigos não indicam respeito às normas legais e éticas, além de haver uma grande ausência na requisição da assinatura de TCLEs.

Por fim, as considerações finais apresentam um fechamento das reflexões sobre os resultados encontrados e sugestões de estudos futuros que podem ser realizados sobre o mesmo objeto de pesquisa.

Capítulo 1: Abordagem teórico-metodológica

1.1. Referencial teórico

Historicamente, os participantes de pesquisa são, em alguma medida, vulneráveis (Guilhem; Diniz, 2008; Goliszek, 2004). Para aprofundar nestes conceitos e entender como a vulnerabilidade ainda repercute atualmente, se faz necessário voltar à história de como e sob quais circunstâncias se deram as primeiras normativas a respeito da ética em pesquisas envolvendo seres humanos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, pessoas consideradas como pertencentes a “raças inferiores” eram submetidas a experimentos médicos cruéis em favor do avanço de um conhecimento científico que somente favoreceria, entre outras coisas, o suposto melhoramento da humanidade (Guilhem; Diniz, 2008; Goliszek, 2004). Critérios eugênicos, que oprimiam e discriminavam, eram utilizados para definir quem seriam as “cobaias”, ou seja, aqueles(as) os(as) quais passariam por experimentos científicos compulsoriamente, não importando o quanto degradante fosse a experiência de pesquisa (Guilhem; Diniz, 2008; Goliszek, 2004). Havia duas justificativas básicas para levar adiante tais pesquisas desumanas. A primeira era proporcionar aos soldados alemães maiores chances de sobrevivência diante de situações-limite que poderiam acontecer em um cenário de guerra (Guilhem; Diniz, 2008; Goliszek, 2004). Prisioneiros passavam por experimentos como o congelamento e descongelamento ou superaquecimento corporal rápido para simular a possibilidade de recuperação de soldados que passassem por circunstâncias climáticas extremas (Goliszek, 2004). A segunda justificativa se baseava na criação de uma raça superior, onde se procurava modificar características genéticas (Guilhem; Diniz, 2008; Goliszek, 2004). Para isto, eram escolhidos gêmeos, anões, pessoas de diversas raças e tidas como “não-normais”, que passavam involuntariamente por procedimentos que afetavam a integridade física dos participantes. Por exemplo, os pesquisadores testavam a modificação da cor dos olhos, por meio de injeção de pigmento nos olhos sem anestesia; ou introdução de doenças em pessoas de diferentes raças para estudar as repercuções em um corpo inicialmente sadio (Goliszek, 2004).

As atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial chamaram a atenção da área acadêmica e jurídica internacional (Guilhem; Diniz, 2008). Os crimes cometidos em prol da pesquisa científica neste período foram julgados pelo Tribunal de Nuremberg, realizado em 1947. A necessidade de se regulamentar e pautar a postura ética que deveria ser assumida pelos(as) pesquisadores(as) ficou mais evidente. Desse julgamento resultou, então, o Código de Nuremberg, que estabeleceu dez diretrizes a serem seguidas pelos médicos na realização de experimentos com seres humanos (Sardenberg et. al., 1999; Guilhem; Diniz, 2008; Kottow, 2008). O Código de Nuremberg apontou para as seguintes necessidades nos projetos de pesquisas envolvendo a participação de pessoas: o consentimento voluntário; a condicionalidade do experimento em produzir resultados vantajosos para a sociedade e ser realizado anteriormente com animais, evitando sofrimentos e riscos físicos ou materiais desnecessários; a possibilidade de desistência de participação a qualquer momento da pesquisa; e cuidados que devem ser tomados com relação à saúde do paciente que se submete a pesquisa (Guilhem; Diniz, 2008). Este Código era visto pela população e pela comunidade científica como uma crítica a conduta da pesquisa em campos de concentração nazistas e associado ao contexto de guerra onde as pessoas estavam privadas de liberdade, ou seja, não era visto como um documento válido para pautar qualquer atividade de pesquisa médica em outros contextos mundiais e cenários de estudos, como as pesquisas realizadas em universidades de países democráticos (Guilhem; Diniz, 2008).

Com o avanço das pesquisas científicas, ficou evidente a necessidade de se criar outras diretrizes voltadas à proteção de direitos dos participantes de estudos científicos além do Código de Nuremberg. Diante disso, a Associação Médica Mundial apresentou a Declaração de Helsinque, em 1964, para resgatar a confiabilidade dos médicos perante a sociedade e criar mecanismos de proteção aos direitos dos(as) participantes de estudos realizados na área biomédica. A Declaração de Helsinque se trata de um documento de importância central na proteção dos direitos de participantes de estudos científicos em todo o mundo e é válida ainda hoje (Barroco, 2005; Guilhem; Diniz, 2008; Kottow, 2008; Sardenberg et. al., 1999). Contudo, apesar da criação da referida Declaração, relatos de violação da ética em pesquisa continuavam sendo reportados, o que novamente trouxe o debate bioético à tona no cenário internacional (Guilhem; Diniz,

2008; Kottow, 2008). Os Estados Unidos, por exemplo, criou o Relatório Belmont (1978): um importante documento que contribuiu para que diferentes países criassem suas próprias normatizações nos anos que seguiram (Guilhem; Diniz, 2008; Kottow, 2008). O Relatório incluiu regulamentações para pesquisas com pessoas vulneráveis, como crianças, pessoas em situação de privação de liberdade e pessoas com deficiência. Este documento possibilitou que o tema da ética em pesquisa fosse desvinculado dos crimes científicos cometidos durante as Guerras (Guilhem; Diniz, 2008; Kottow, 2008).

No Brasil, a primeira publicação no campo da ética em pesquisa foi em 1988, por meio do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Ela se baseou nas diretrizes internacionais existentes e definiu os critérios éticos que deveriam pautar as pesquisas em saúde no país (Belavilaqua, 2010; Guilhem; Diniz, 2008; Guilhem; Greco, 2008; Sardenberg et. al., 1999). A resolução também regulamentou a habilitação dos centros de pesquisa nacionais e indicou a criação de comitês para a análise ética de projetos de pesquisa (Belavilaqua, 2010; Guilhem; Diniz, 2008; Guilhem; Greco, 2008; Sardenberg et. al., 1999). Entretanto, a normativa ainda apresentava alguns desafios. Guilhem e Greco (2008) acreditam que resolução não foi amplamente aceita pelos (as) pesquisadores (as) brasileiros (as) por dois fatores principais: primeiro, que a resolução dizia pautar as pesquisas em saúde, contudo, pautava tão somente pesquisas médicas; segundo, a resolução abordava outros assuntos além dos critérios éticos, como aspectos relativos à área de vigilância sanitária e biossegurança.

Por causa do surgimento de novas temáticas no campo da ética em pesquisa e a baixa adesão da comunidade científica a resolução criada em 1988, o CNS decidiu rever a regulamentação existente. Dessa revisão resultou a Resolução CNS n. 196/96, construída conjuntamente com profissionais, representantes de entidades de classe, comunidade científica e sociedade (Belavilaqua, 2010; Diniz, 2010; Guilhem; Diniz, 2008; Sardenberg et. al., 1999). A resolução incluiu a proteção ao participante da pesquisa, criando um sistema para revisão para os projetos de pesquisa, com finalidade de verificar o cumprimento dos preceitos da normatização: o sistema CEP/CONEP – Comitê de Ética em Pesquisa/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – (Belavilaqua, 2010; Diniz, 2010; Guilhem; Diniz, 2008; Sardenberg et. al., 1999). Mais tarde, regulamentações complementares foram criadas para especificar alguns aspectos que continha a Resolução CNS n. 196/96. As normatizações posteriores, apesar dos

acrôscimos e esclarecimentos apresentados ao texto originalmente publicado, preservaram os fundamentos biomédicos³ da resolução n. 196/96 (Guilhem; Greco, 2008).

Para além de todos os documentos citados acima, e dos complementares criados posteriormente, o cumprimento de cuidados éticos em pesquisas com humanos foi fortemente influenciada pelo apoio da comunidade científica por meio, por exemplo, das exigências de revistas internacionais. Algumas revistas passaram exigir que todos os artigos resultantes de pesquisas envolvendo pessoas deveriam ter passado anteriormente pela análise de um comitê de ética (Sardenberg et. al., 1999). Com o passar do tempo, os periódicos nacionais, em alguma medida, passaram a exigir também alguns critérios éticos para a publicação de artigos.

Porém, pesquisadores (as) das áreas de ciências humanas e sociais ainda apresentam resistência em seguir estritamente os parâmetros éticos contidos na Resolução CNS n. 196/96 (Fleischer; Schuch, 2010; Diniz, 2008; Schmidt, 2008). A alegação deve-se ao fato de que a normativa tem origem em preceitos biomédicos e que, sendo assim, torna-se difícil adequar a pesquisa qualitativa às suas normas rígidas e, até mesmo, alheias à área das ciências humanas e sociais (Fleischer; Schuch, 2010; Diniz, 2008). Os(as) pesquisadores(as) dessas áreas de conhecimento argumentam que a valorização de uma norma jurídica acaba por interferir na pesquisa qualitativa, que tem como suas principais metodologias a observação e a entrevista, acrescentando mais um processo burocrático à pesquisa (Schmidt, 2008).

A área humano-social enxerga o(a) indivíduo(a) participante da pesquisa como um todo, procurando entendê-lo como um “ser sócio-histórico” (Cassab, 2004). Os métodos qualitativos compreendem a subjetividade como um instrumento a ser utilizado durante a pesquisa (Minayo, 2008; Cassab, 2004). Entretanto, a resolução brasileira vigente estabelece parâmetros éticos que privilegiam a objetividade da pesquisa, favorecendo o campo biomédico (Belavilaqua, 2010; Guilhem; Diniz, 2008; Guilhem; Greco, 2008; Sardenberg et. al., 1999). Dito isto, torna-se possível imaginar que existirão dificuldades para se utilizar tais diretrizes em outras áreas de conhecimento

³ As normatizações posteriores continuaram a priorizar questões biológicas e médicas, ou seja, esclarecem e acrescentam alguns aspectos a respeito de como devem ser realizadas pesquisas sobre doenças humanas, seus fatores ambientais e epidemiológicos.

(Guerriero; Dallari, 2008; Diniz, 2008a; Oliveira, 2004; MacRae; Vidal, 2006; Minayo, 2008). Em pesquisas qualitativas realizadas com populações que tem baixa escolaridade ou povos indígenas, por exemplo, existe dificuldade em obter o termo de consentimento livre e esclarecido escrito, como é preconizado pela resolução. Há um acalorado debate acadêmico sobre a eficiência de se aplicar as normas instituídas pela resolução CNS n. 196/96 para as ciências humanas e sociais, devido a subjetividade e as particularidades da pesquisa qualitativas (Guerriero; Dallari, 2008; Diniz, 2008a; Oliveira, 2004; MacRae; Vidal, 2006; Minayo, 2008).

Atualmente, a obrigatoriedade de apresentar os projetos de pesquisas com seres humanos⁴ para avaliação dos CEPs tem gerado debate na área das ciências humanas e sociais, visto que as especificidades deste campo do conhecimento não estão suficientemente contempladas no texto da resolução vigente (Guerriero; Dallari, 2008; MacRae; Vidal, 2006; Diniz, 2008a). Com isso, na perspectiva de alguns pesquisadores (as) que utilizam o método qualitativo, a ética em pesquisa passaria a ser a ética do (a) pesquisador (a), visto que a ele (a) caberia, então, analisar se suas atitudes são aceitáveis ou não, tendo a normativa como um referencial (Kottow, 2008). Todavia, essa estratégia de vigilância ética contribuiria para uma análise subjetiva e individual, fazendo com que a conduta eticamente aceita variasse de acordo com cada profissional (Kottow, 2008). Para levar em consideração as peculiaridades dos estudos qualitativos foi criado o CEP do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP-IH), sendo este o “o primeiro comitê especializado na pesquisa social criado no Brasil” (CEP-IH, 2011). Este é um importante passo na revisão ética das pesquisas qualitativas, pois possibilita a adequação dos critérios contidos na resolução CNS 196/1996 às suas especificidades.

Algumas profissões trazem a pesquisa com seres humanos como inerente a sua atuação e formação, como é o caso do Serviço Social (Lara, 2007). O objetivo da pesquisa em Serviço Social deve ser ampliar e fortalecer o(a) cidadão(cidadã), tendo como preceitos a equidade e a justiça social, bem como os outros princípios fundamentais do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993). O assistente social tem na pesquisa um instrumento de conhecimento da realidade para basear a sua intervenção

⁴ Segundo a Resolução CNS n. 196/96, pesquisas envolvendo seres humanos são aquelas “que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais”.

profissional (Lara, 2007). Entretanto, esta intervenção se dará em uma realidade contraditória e desigual (Behring, 2006).

Os resultados obtidos por meio da pesquisa e sua divulgação não podem resultar em mais *vulnerabilidade* e *exclusão*, visto que toda pesquisa tem este potencial e seus(suas) participantes são “potencialmente vulneráveis” (Rogers; Ballantyne, 2008). Isto significa que as pessoas não necessariamente são vulneráveis a todo o momento, mas se encontram nessa situação por uma conjuntura peculiar (Rogers; Ballantyne, 2008). Contudo, há uma imprecisão do que exatamente seria o termo *vulnerabilidade* e, por isso, uma variabilidade na forma de empregá-lo (Arregui; Wanderley, 2009; Muñoz Sánchez; Bertolozzi, 2007).

Turner (2006) resgata a origem do termo vulnerabilidade (do latim, *vulnus*, que significa ferida) para argumentar que seres humanos são por si só vulneráveis, afirmando que a vulnerabilidade é um “dos aspectos da fragilidade humana” (Turner, 2006, p. 29. Tradução livre). O autor se baseia no fato de que, segundo ele, o ser humano tem uma “propensão biológica para as doenças e enfermidades, que a morte e o morrer são inevitáveis, e que os corpos envelhecidos estão sujeitos a incapacidade e a deficiência” (Turner, 2006, p. 29. Tradução livre). Porém, ser vulnerável não está limitado somente às fragilidades biológicas, mas pode ser resultante de desastres naturais, restrição de acesso a direitos e, ainda, pelo contexto socioeconômico na qual a pessoa está inserida (Muñoz Sánchez; Bertolozzi, 2007; Diniz; Corrêa, 2001). Entendemos que o(a) indivíduo(a) não é “ontologicamente” vulnerável, ele se torna em meio a condições específicas (Diniz; Corrêa, 2001; Rogers; Ballantyne, 2008). De acordo com Gomes e Pereira (2005), a vulnerabilidade é derivada de um contexto de desigualdades, “diretamente ligada à miséria estrutural” (Gomes; Pereira, 2005, p. 360). Entretanto, as autoras também empregam o termo para demonstrar o rompimento ou perda dos vínculos familiares, evidenciando que a prevalência de uma indefinição semântica pode torná-lo impreciso (Gomes; Pereira, 2005).

Arregui e Wanderley (2009) apresentam as consequências desta ambiguidade. Para as autoras, o termo vulnerabilidade teria surgido para “substituir o de pobreza”, visando estender sua abrangência e incluindo nele a possibilidade de enfrentamento da situação como sendo inerente aos indivíduos que a vivenciam. Além de não conseguir

desvincular vulnerabilidade de pobreza, o termo vulnerabilidade passou a ser relacionado à debilidade, desvantagem e risco (Arregui; Wanderley, 2009).

No âmbito do Serviço Social, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que padroniza os serviços de assistência social em todo país, utiliza a palavra vulnerabilidade, mas não a conceitua (Brasil, 2004). Apresenta o termo, na maioria das vezes, acompanhado da categoria de *riscos sociais*, vinculando ambos os termos à fragilização de vínculos sociais e familiares, à exclusão social e violação de direitos, à pobreza, ao estigma, e à “desvantagem pessoal resultante de deficiências” (Brasil, 2004):

“Associar a pobreza com desvantagem, debilidade e, principalmente, com risco, numa sociedade que associa risco com medo, incerteza e insegurança pode derivar na retomada de estigmas que associavam e associam pobres com classes perigosas, e, portanto, reforçar intervenções repressivas e tutelares.” (Arregui; Wanderley, 2009, p. 157).

A carência de um significado comum para o conceito de vulnerabilidade abre infinitas possibilidades de emprego do termo. Com isso, não fica clara a forma de como *categorizar* os vulneráveis (Arregui; Wanderley, 2009). Neste trabalho, a expressão vulnerabilidade será utilizada segundo o que diz a regulamentação do CNS n. 196/96: é o “estado de pessoas ou grupos, que por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido”. A escolha desse sentido para significado de vulnerabilidade se deu em virtude do objeto de estudo deste trabalho: a ética em pesquisa.

Rogers e Ballantyne (2008) classificam a vulnerabilidade em dois tipos: extrínseca e intrínseca. Sendo que as pessoas podem ser vulneráveis de ambas as formas, ou seja, elas não se excluem (Rogers; Ballantyne, 2008). “A *vulnerabilidade extrínseca* decorre do contexto socioeconômico no qual vivem os participantes de pesquisa” (Rogers; Ballantyne, 2008, p. 126, *grifo nosso*). Em geral, a *vulnerabilidade extrínseca* advém da negação de direitos sociais e políticos. Estruturas sociais hierarquizadas, como a nossa, classificam os(as) indivíduos(as) subjugando-os(as) uns(uma) aos(às) outros(as). Nesse sistema, as pessoas subalternizadas tendem a acreditar que são inferiores às outras e que, sendo assim, não podem decidir por si mesmas (Rogers; Ballantyne, 2008). Portanto, “a falta de poder”, segundo Rogers e

Ballantyne (2008), é um dos fatores que diminuem a capacidade de autodeterminação, ou seja, aumenta a vulnerabilidade extrínseca. Outro fator é a “desvantagem educacional”. Os autores mostram que a ausência de uma “educação formal mínima” pode influenciar negativamente na obtenção do termo de consentimento livre esclarecido, visto que nem todos os conceitos e termos utilizados na pesquisa podem ser conhecidos pelas pessoas. Isto dificulta a compreensão do que é a pesquisa e pode resultar em danos aos(as) participantes. O último aspecto citado pelos autores que colabora para ampliar a vulnerabilidade extrínseca dos(as) participantes é a “falta de acesso a cuidados básicos de saúde”. Pessoas doentes que necessitam de atenção médico-hospitalar são “altamente suscetíveis a exploração ou coerção em pesquisas.” (Rogers; Ballantyne, 2008, p. 130). As pessoas enxergam a participação na pesquisa como uma possibilidade de sanar suas necessidades. E isto, reduz a capacidade das pessoas em decidirem por si mesmas.

A *vulnerabilidade intrínseca* diz respeito às características pessoais que comprometam a capacidade de um(a) indivíduo(a) em tomar suas próprias decisões (Rogers; Ballantyne, 2008). Os fatores que podem colocar as pessoas como intrinsecamente vulneráveis são: a faixa etária (crianças e adolescentes), a incapacidade mental (devido alguma deficiência ou doença mental), ou a dependência de cuidados médicos (como por exemplo, pessoas inconscientes ou em unidade de tratamento intensivo). Participantes intrinsecamente vulneráveis necessitam do consentimento de seus responsáveis legais para participar de pesquisas devido a redução de sua capacidade de decidir por si próprios(as).

Apesar dos obstáculos que podem ser encontrados nas pesquisas onde os(as) participantes são vulneráveis, é importante que essas pessoas sejam alvos de estudos para que essa situação possa ser superada ou amenizada. Além disso, as pesquisas podem trazer benefícios também para pessoas que em algum momento se encontram em situação de vulnerabilidade. “Os dois tipos de vulnerabilidade, intrínseca e extrínseca, auxiliam na compreensão de situações-limite.” (Rogers; Ballantyne, 2008, p. 147). É importante levar em consideração as limitações que a vulnerabilidade pode impor a essas pessoas e tentar, juntamente com o(a) pesquisado(a), superá-las. A observação dos preceitos éticos impede com que as pesquisas recaiam no desrespeito aos(as)

indivíduos(as), como já ocorreu anteriormente na história da pesquisa com seres humanos(Rogers; Ballantyne, 2008).

1.2. A revista Katálysis

A revista Katálysis é vinculada aos programas de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. A escolha da revista se deu, pois, a data de lançamento do periódico coincide com o ano posterior à publicação da resolução do CNS n. 196/96. Além disso, o Conselho Editorial aperfeiçoou o critérios para submissão de trabalhos no decorrer do tempo e a revista, recentemente, indicou que a publicação de trabalhos de autoria nacional deveriam seguir os critérios éticos estabelecidos por esta resolução e à submissão do trabalho ao parecer do CEP da instituição de origem do(a) autor(a) (revista Katálysis, 2010). Para autores (as) estrangeiros (as), a Katálysis orienta que seja utilizada a Declaração de Helsinque para pautar os cuidados éticos (revista Katálysis, 2010). Contudo, a revista deveria exigir que autores (as) de outros países utilizassem a resolução brasileira, visto que é o sistema vigente no país e acordado pela comunidade científica no Brasil.

A revista aceita trabalhos em português, espanhol ou inglês (acompanhado da tradução em português) sobre temas debatidos atualmente na área do Serviço Social e afins, caracterizando-se como uma revista genérica e interdisciplinar (revista Katálysis, 2010). O conceito deste periódico na classificação Qualis da CAPES na área do Serviço Social é A1 – a maior pontuação alcançável (CAPES, 2010)⁵.

A revista Katálysis é publicada semestralmente desde o seu início, porém deixaram de ser lançadas as edições correspondentes ao período do ano de 2000 e o primeiro número de 2001. Segundo Garcia (2009), este é um problema repetitivo nos periódicos em Serviço Social: eles não são regulares. Isto traz sérias consequências para a publicação na área, podendo ocasionar a “fuga” dos(as) autores(as) para outros periódicos, além de diminuir a confiabilidade dos leitores nos artigos publicados pela revista e o conceito Qualis.

⁵ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) auxilia na difusão e no fortalecimento dos programas de mestrado e doutorado em todos os estados brasileiros (CAPES, 2011). A classificação Qualis mensura a qualidade do que é produzido, tanto artigos quanto outras produções, no âmbito da pós-graduação (CAPES, 2010).

A partir da edição do segundo número de 2002, a revista passou a separar os artigos de *relatos de experiência* e de *relatos de pesquisa*, que posteriormente foram divididos entre *pesquisas teóricas* e *pesquisas aplicadas* (revista Katálysis, 2010). Isto facilitou a identificação dos artigos que interessavam a esta pesquisa. As pesquisas aplicadas compreendem àqueles artigos que tem como objetivo “divulgar resultados inéditos de pesquisas de natureza empírica, experimental, constituindo trabalhos completos, contendo informações relevantes que possam ser repetidas ou avaliadas em seus resultados e conclusões” (revista Katálysis, 2010). Já os relatos de experiências abrangem estudos de caso sobre procedimentos e “estratégias de intervenção” interessantes à área do Serviço Social (revista Katálysis, 2010).

Todas as edições da revista encontram-se disponíveis completa e gratuitamente em meio eletrônico, estando indexada a diversas bases, inclusive a base Scielo⁶, o que ratifica sua relevância e viabilizou a realização da pesquisa. “Com a indexação o periódico assegura uma visibilidade à sua produção.” (Garcia, 2009, p. 7). Tais fatores auxiliam na sua difusão, facilitando o acesso e trazendo maiores repercussões para o conteúdo publicado (Guedes, 2009).

1.3. Metodologia

Este TCC apresenta os resultados de uma análise documental e da política editorial da revista Katálysis em relação à ética empregada pelos(as) autores(as) que publicaram os resultados de pesquisas envolvendo seres humanos neste periódico desde seu início – 1997 – até o ano de 2010. O objetivo principal foi traçar um perfil dessas publicações veiculadas na referida revista. Isto possibilitou visualizar em que medida os(as) pesquisadores(as) que pesquisam em Serviço Social ou áreas afins abordam os cuidados éticos na pesquisa com humanos e proteção dos direitos dos participantes dos estudos.

A revista Katálysis tem vinte e três edições publicadas de 1997 a 2010 com uma média de onze artigos por edição (revista Katálysis, 2010). Cada uma delas tematiza um assunto distinto, porém não impede o(a) autor(a) de publicar algo diferente do tema

⁶ Biblioteca que disponibiliza em formato eletrônico artigos latino-americanos, visando ampliar sua visibilidade (Guedes, 2009).

proposto, mas importante ao campo do Serviço Social (revista Katálysis, 2010). Dessa forma, se pode obter um maior número de artigos submetidos para publicação, do que se restringisse a publicação de artigos que tematizem somente sobre um assunto (Guedes, 2009; Garcia, 2009).

Recentemente, a revista passou a ser dividida em sessões e dentre elas estão destacadas as que contem artigos relacionados a *pesquisas aplicadas* e a *relatos de experiências* (revista Katálysis, 2010), o que tornou mais fácil a localização dos artigos oriundos de pesquisas com seres humanos, que são objetos de estudo desta pesquisa. Porém, mesmo nas edições que havia tal divisão, todos os artigos, de cada número, passaram por dois critérios de seleção. O primeiro se deu com a análise dos títulos e, após isso, analisou-se o resumo do artigo para identificar se o artigo era ou não resultante de uma pesquisa que envolva seres humanos direta ou indiretamente. Seguindo essa metodologia, conseguiu-se identificar 54 artigos resultantes de pesquisas empíricas com humanos, os quais foram analisados neste estudo.

1.4. Instrumental

Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um roteiro (anexo 1) com objetivo de nortear e sistematizar a leitura dos artigos, além de padronizar os dados obtidos para facilitar a análise dos dados. Esse roteiro teve como referência instrumentos de coleta de dados utilizados em outras pesquisas que empregavam a mesma técnica, como os trabalhos realizados por Fialho (2004) e Pereira (2006).

O roteiro foi dividido em quatro seções: informações gerais, informações sobre os autores, informações sobre o artigo e outras observações importantes. Na primeira seção foram coletados dados sobre o título do artigo, nome do(a) autor(a), número da revista e ano de publicação, além das palavras-chave. A seção de informações sobre os autores recolheu-se dados sobre a nacionalidade, titulação acadêmica e filiação institucional dos(as) autores(as). Essas informações foram obtidas no próprio artigo. Contudo, não havia uma padronização destes dados. Portanto, quando as informações não podiam ser alcançadas dessa forma, elas eram obtidas no sítio da Plataforma Lattes

(CV-Lattes)⁷. No decorrer da pesquisa, constatou-se que alguns(mas) autores(as) não tinham cadastrado seu currículo na Plataforma e constam nos resultados como “não há informação”⁸. A filiação institucional dos(as) autores(as) foi utilizada para auxiliar no mapeamento da distribuição geográfica deles(as). Na terceira seção, informações sobre o artigo, foram preenchidos dados sobre a área temática do artigo (que posteriormente auxiliou na tabulação), o idioma que foi publicado, a metodologia utilizada pelos(as) autores(as), o local em que foi realizada a coleta de dados, se o(a) autor(a) trabalha ou trabalhou na/o instituição/local da pesquisa, quem financiou a pesquisa (quando as pesquisas eram resultantes de TCCs, dissertações e teses, a informação de se a pesquisa era financiada através de bolsas do CNPq⁹ foi obtida na Plataforma Lattes). Além disso, esta seção ainda continha dados sobre a faixa etária dos(as) participantes, se eles(as) eram vulneráveis (segundo a resolução CNS n.196/96) e, por último, sobre os cuidados éticos adotados no artigo. A última seção, outras observações importantes, era aberta. Isto permitiu que outros aspectos não contemplados durante todo o roteiro fossem abordados ali.

1.5. Categorização temática e tabulação dos dados

Após o preenchimento de todos os 54 roteiros, passou-se a uma etapa de categorização temática dos dados. Esse processo consistiu em classificar as informações extraídas dos artigos pesquisados “para estabelecer uma estrutura de idéias temáticas” (Gibbs, 2009, p. 60). As categorias utilizadas emergiram das palavras-chaves dos próprios artigos pesquisados. São elas: cidadania, crianças e adolescentes, diversidade cultural, gênero, participação, política social, projetos alternativos, sócio-jurídico,

⁷ Esta Plataforma consiste em uma base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que tem como finalidade armazenar currículos de pesquisadores (as) das mais diversas áreas de conhecimento, além de instituições e grupos de pesquisa. O acesso ao conteúdo da Plataforma é público e gratuito (Plataforma Lattes, 2010).

⁸ Isto ocorreu principalmente no caso de autores(as) estrangeiros(as) que não tinham informações suficientes sobre sua titulação acadêmica nos artigos. As informações sobre o financiamento da pesquisa também ficaram defasadas devido a inexistência de CV-Lattes de alguns(mas) autores(as).

⁹ “O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.” (CNPq, 2011).

trabalho. Cabe ressaltar que alguns artigos classificados não tinham dentre as suas palavras-chaves o nome exato de sua categoria, contudo, estava fortemente ligado à temática. A inclusão em uma categoria impediu a inserção do mesmo artigo em outra. Além disso, para cada artigo, já subdividido, foi atribuído um número para que ele pudesse se diferenciar dos demais. Esse procedimento permitiu que os dados fossem sistematizados e organizados de forma que impediu a identificação dos artigos por terceiros. Isto preservou o anonimato tanto dos artigos, quanto dos(as) seus(suas) autores(as) diante dos futuros leitores deste trabalho.

Na etapa de tabulação dos dados, foi contabilizado o número total de autores(as) que publicaram na revista Katálysis, mesmo que em co-autoria. Autores(as) que publicaram mais de uma vez na revista, mesmo que em números distintos, foi considerado apenas uma vez. No caso das técnicas de pesquisas adotadas pelos(as) autores(as), foram contabilizados o número de vezes que a técnica foi utilizada. Ou seja, o mesmo artigo pode ter utilizado duas técnicas ou mais ao mesmo tempo e foi levado em consideração todas as técnicas adotadas pelos(as) autores(as). Portanto, o total de técnicas de pesquisa somaram 82. Outra decisão metodológica foi a utilização de números inteiros para a representação dos dados em porcentagem. Foram seguidas as regras de arredondamento.

1.6. Cuidados Éticos

A principal função de uma normatização no campo da ética em pesquisa é proteger tanto o(a) participante, respeitando os seus limites físicos, mentais e sociais (Rogers; Ballantyne, 2008); como o(a) pesquisador(a), garantindo confiabilidade à pesquisa (Kottow, 2008). Apesar de não ser considerada adequada as especificidades das ciências humanas e sociais, entre as quais se encontra o campo disciplinar do serviço social, utilizamos a normativa em vigor (resolução CNS n. 196/96) como referencial para a adoção de cuidados éticos nesta pesquisa (Guerriero; Dallari, 2008; Diniz, 2008a).

Para a redação desta monografia se preservou o anonimato dos artigos e de seus(suas) autores(as). Nenhum trecho dos artigos será citado, mesmo como evidência

do que está sendo dito, visto que todos os artigos estão disponíveis na internet e isto possibilita a sua identificação.

Capítulo 2: Apresentação e análise do objeto de estudo

2.1. Evolução dos critérios éticos exigidos pela revista Katálysis

Para traçar um perfil das publicações que envolvem direta e indiretamente seres humanos veiculadas na Revista Katálysis, foi realizada uma análise documental. Isto possibilitou uma observação da evolução dos cuidados éticos empregados pela revista no decorrer do tempo (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009)¹⁰.

Nas suas primeiras edições, a revista Katálysis aceitava pesquisas e depoimentos para publicação. Os artigos passariam pela avaliação do Comitê Editorial. Contudo, tanto a forma quanto o conteúdo dos artigos, quem determinava era o(a) próprio(a) autor(a). A revista não fazia nenhuma exigência ética explicitamente. A partir de 1998, a Katálysis começou a especificar a forma do artigo, a aceitar uma maior diversidade de artigos e separá-los em mais seções (pesquisa, crítica, depoimentos, resenhas, entrevistas, cartas, eventos). A seção de relatos de experiência foi incluída no ano seguinte.

Somente em 2002, a revista passa a submeter os trabalhos ao parecer de consultores *ad hoc*¹¹ antes da publicação do artigo. No segundo semestre de 2004 passa a ser especificado na seção de “Normas para apresentação de trabalhos” como se daria a análise dos consultores:

“são verificados aspectos relativos ao tipo de produção científica, à qualidade da redação, do conteúdo e à *probidade ético-teórica*. [...] A Comissão Editorial assegura o *anonimato* para os autores no processo de avaliação, como também assegura aos avaliadores o *sigilo* de sua participação, permitindo liberdade para julgamentos e avaliações.” (revista Katálysis, 2010. Grifo nosso).

¹⁰ Todas as informações contidas sobre os cuidados éticos requisitados pela Revista Katálysis neste foram retiradas da seção atualmente intitulada de “Normas para apresentação de trabalhos” contida no final de cada número publicado.

¹¹ Pesquisador(a) contatado(a) com a finalidade de avaliar um artigo submetido para publicação e que não seja membro(a) permanente do corpo editorial da revista.

É a primeira vez que a revista cita expressamente que avaliará os critérios éticos utilizados pelos(as) autores(as).

No ano seguinte, em 2005, a revista começou a aceitar entrevistas, pesquisas científicas e relatos técnico-científicos para publicação. Caso o(a) autor(a) quisesse publicar fotos, estas deveriam vir acompanhadas de permissão por escrito das pessoas fotografadas ou por seus responsáveis, no caso de crianças e adolescentes, mesmo se as pessoas não fossem identificadas. A mudança mais significativa para o campo da ética em pesquisa veio no segundo semestre de 2006:

“todos os trabalhos resultantes de pesquisa, ou relato de experiência, que envolverem seres humanos deverão *indicar* se os procedimentos respeitaram o constante na Declaração de Helsinki (1975, revisada em 1983). Os trabalhos de autores brasileiros deverão, ainda, indicar respeito às Resoluções do Conselho Nacional de Saúde n. 196, de 10/10/96 e n. 251, de 07/08/97, e apresentar o parecer do Comitê de Ética da instituição de origem do autor” (revista Katálysis, 2010).

Somente dez anos após a resolução CNS n.196/96 ser publicada, a revista Katálysis passou a requisitar aos(as) autores(as) que indicassem o respeito às diretrizes pautas por ela. As mudanças, ocorridas até o ano de 2006, possibilitaram que a revista fosse indexada a base Scielo¹². Essa indexação permitiu que a publicação ganhasse uma maior visibilidade e, também, uma maior relevância no cenário nacional (Guedes, 2009; Garcia, 2009). As características que a revista Katálysis reúne a tornaram um periódico bastante apropriado à publicação de pesquisas, além de ser um bom representante do campo editorial do Serviço Social no Brasil.

¹² Para ser indexada a base de dados SciELO, a revista deve seguir os seguintes critérios: ter caráter científico; possuir revisão por pares e especificar como será o procedimento para aprovação e publicação de artigos; possuir um Conselho Editorial em que seus integrantes sejam especialistas reconhecidos da área e que o Conselho não seja de uma instituição ou região geográfica específica; manter sua periodicidade e ser publicado, no mínimo, semestralmente; ser pontual de acordo com sua periodicidade; possuir resumo, palavras-chave e título em inglês, seguir uma normalização bibliográfica e indicá-la para que haja uma padronização normativa dos artigos; nos artigos precisam constar informações sobre os autores (instituição de origem, cidade e país); por último, a revista deve receber um número compatível de citações de acordo com outras revistas da mesma área indexadas ao SciELO. (SciELO Brasil, 2011).

2.2. O que é publicado na revista Katálysis?

A seleção dos artigos que foram pesquisados se deu em duas etapas: primeiro, por meio dos títulos; segundo, através dos resumos. Com isso, foi possível identificar 54 artigos que envolvessem direta e indiretamente seres humanos. Cada artigo possuía em média 10 páginas e oscilavam entre os extremos de 3 e 24 páginas. Esses artigos foram classificados e separados em nove categorias temáticas (ver quadro 1). A categoria com maior número de artigos publicados é *trabalho*, que representou 20% (11) do total de artigos pesquisados. Em seguida, as categorias *cidadania, crianças e adolescentes, participação, política social* representam, cada uma, 13% (7) do total de publicações de pesquisas com humanos publicados na revista estudada. *Gênero* possui 9% (5) das publicações. *Sócio-jurídico* 7% (4) do total de artigos pesquisados. E, por fim, as categorias *diversidade cultural e projetos alternativos* foram as categorias com o menor número de artigos publicados: 6% (3), cada uma.

Quadro 1 – Categorização temática dos artigos pesquisados

Categorias	Número de artigos classificados - Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Trabalho	11	20
Cidadania	7	13
Crianças e adolescentes	7	13
Participação	7	13
Política Social	7	13
Gênero	5	9
Sócio-jurídico	4	7
Diversidade cultural	3	6
Projetos alternativos	3	6
TOTAL	54	100

Dos 54 artigos encontrados, 11 foram considerados como resultantes de pesquisas que envolviam indiretamente seres humanos, visto que não havia um contato direto do pesquisador com os envolvidos no caso, sendo utilizada basicamente a técnica de análise documental. Os demais artigos, 43, envolviam diretamente seres humanos e compreendiam as técnicas de entrevista, estudo de caso, questionário, observação, grupo

focal ou eram relatos de experiências (ver quadro 2). Nota-se uma clara preferência pela técnica de entrevista: 35% (29) dos artigos pesquisados utilizaram esta técnica. A de observação, seguida pelo relato de experiência, correspondem a, respectivamente, 17% (14) e 16% (13) dos artigos pesquisados. A análise documental 12% (10). O estudo de caso está presente em 9% (7) dos artigos que são oriundos de pesquisas com seres humanos. O questionário e o grupo focal aparecem como as duas técnicas menos utilizadas: respectivamente, 7% (6) e 4% (3).

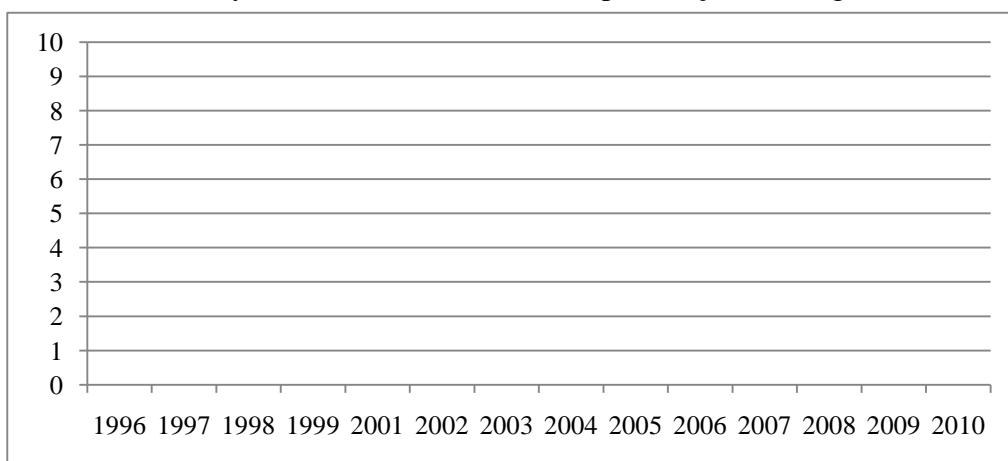
Quadro 2 – Técnicas de pesquisa utilizadas pelos(as) autores(as) pesquisados(as)

Técnicas de pesquisa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Entrevista	29	35
Observação	14	17
Relatos de experiências	13	16
Análise documental	10	12
Estudo de caso	7	9
Questionário	6	7
Grupo focal	3	4
TOTAL	82	100

As publicações da revista Katálysis, na sua origem, eram feitas com o intuito de compartilhar entre alunos(as) e professores(as) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a sua produção acadêmica (Schmickler, 2007). A idéia de lançar uma revista era socializar as pesquisas realizadas para dissertações de mestrado e pelos núcleos de pesquisa (Schmickler, 2007). Entretanto, os dados coletados mostram que durante todo o tempo de publicação do periódico houve uma oscilação na publicação de pesquisas, mais especificamente, pesquisas que envolvem seres humanos. Por ser vinculada a editora da universidade, a revista contou com atrasos na sua periodicidade, que pode ser atribuído, dentre outros fatores, às greves universitárias (Schmickler, 2007). Como exemplo, podemos citar o ano de 2001, no qual não houve o lançamento dos números da revista Katálysis. Contudo, no âmbito das pesquisas com humanos, também pode ser constatada essa oscilação de divulgação dos artigos. No ano de 1997, em que houve publicação, não constatamos nenhuma

PESH. Os anos de 2007 e 2009 foram os anos em que mais pesquisas deste tipo foram publicadas, 8 e 9, respectivamente (ver gráfico 1).

Gráfico 1- Número de publicações de pesquisas envolvendo seres humanos na revista Katálysis de acordo com o ano de publicação do artigo



Em 2004, o aumento nos recursos destinados à sua publicação e a desvinculação da imprensa universitária possibilitou que a revista fosse indexada a importantes coleções e bases, como a SciELO (Schmickler, 2007). Isto garantiu à Katálysis sua afirmação no cenário nacional e o aumento da sua circulação em outros países, como Portugal e Espanha (Schmickler, 2007). Atualmente, a revista admite artigos em português, espanhol e inglês. Contudo, os dados obtidos mostram que nenhum artigo oriundo de pesquisas com humanos foi publicado em inglês. Os artigos pesquisados, em sua maioria, são em português 81% (44). Em espanhol, foram encontrados 19% (10) do total de artigos pesquisados.

Quadro 3 – Idioma das publicações

Idioma	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Português	44	81
Espanhol	10	19
Inglês	0	0
TOTAL	54	100

A Revista Katálysis, em 2006, passou a contar com recursos advindos do CNPq, que auxilia no desenvolvimento da produção científica no país. O aumento dos recursos permitiu um aperfeiçoamento da parte técnica do periódico e também a modernização do aspecto gráfico (Schmickler, 2007). As agências de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento científico (como o CNPq e a CAPES) também financiam pesquisas realizadas no âmbito acadêmico, concedendo bolsas aos (às) pesquisadores (as). As pesquisas publicadas na revista Katálysis, em sua maioria, não revelam se receberam algum financiamento. Através do CV-Lattes foram coletadas informações sobre a finalidade da pesquisa: tese de doutorado, dissertação de mestrado ou trabalho de conclusão de curso; ou ainda, se era vinculada a um núcleo de pesquisa ou projeto de extensão. Isto permitiu que se constatasse o financiamento da pesquisa. Ele foi considerado quando o artigo citava expressamente o nome da instituição que estavam financiando a pesquisa, ou quando o(a) pesquisador(a)/o(a) aluno(a) era bolsista do CNPq ou da CAPES durante o período de realização da pesquisa. Foram contabilizadas 13 (24%) pesquisas financiadas pelo CNPq e 5 (9%) pesquisas que receberam recursos da CAPES. Como “outras” fontes de financiamento, consideramos: universidades, fundos de apoio à pesquisa, organizações internacionais, governamentais e não-governamentais. Estas financiaram 10 (19%) das pesquisas estudadas¹³.

Quadro 4 – Pesquisas publicadas que receberam financiamento do CNPq e da CAPES

Fontes de financiamento	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
CNPq	13	24
CAPES	5	9
Outras	10	19

¹³ A frequência foi calculada pelo número de vezes que cada fonte financiou alguma pesquisa. Ou seja, uma pesquisa pode ter sido financiada por mais de uma fonte ao mesmo tempo e foi contada uma vez para cada fonte. Como não há informações suficientes em todos os artigos que nos permita afirmar exatamente quantas pesquisas foram financiadas, recorremos ao CV-Lattes. Entretanto, alguns(mas) autores(as) não possuem seu currículo cadastrado. Dentre outros fatores que poderíamos apontar como causa para essa ausência de CV-Lattes cadastrados, destacamos o fato de existirem autores internacionais em nosso universo de pesquisa. Por isso, o número total de pesquisas financiadas não foi calculado. A freqüência relativa foi calculada segundo o número total de artigos pesquisados (54).

As pesquisas vinculadas a um núcleo de pesquisa ou projeto de extensão foram assim consideradas quando, no decorrer do texto, o(a) autor(a) explicava a sua vinculação, ou quando todos(as) os(as) autores(as) pertenciam ao mesmo núcleo de pesquisa ou projeto e o tema do artigo perpassava pela temática abordada pelo núcleo ou projeto. As pesquisas realizadas com o objetivo de compor teses de doutorado, dissertações de mestrado ou trabalhos de conclusão de curso somam 25 (46% dos artigos pesquisados). Os artigos que surgiram de pesquisas vinculadas a um núcleo de pesquisa ou projeto de extensão contabilizam 14 (26%). As demais pesquisas, classificadas aqui em “outras”, somam 15 artigos (28%).

Quadro 5 – Finalidade da pesquisa

Finalidade da pesquisa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Tese de doutorado, dissertação de mestrado ou trabalho de conclusão de curso	25	46
Vinculada a um núcleo de pesquisa ou projeto de extensão	14	26
Outras	15	28
TOTAL	54	100

Fica clara a presença de um maior número de publicações de pesquisas da área acadêmica, ou seja, oriundas de teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso, vinculadas a um núcleo de pesquisa ou projeto de extensão: 39 artigos publicados (72%). Isto evidencia que a publicação de artigos é tida como uma prática acadêmica. Mesmo profissionais que estão atuando no campo, como assistentes sociais, em sua maioria, publicam quando tem alguma vinculação com universidades (Bourguignon, 2007).

2.3. Quem publica?

A revista Katálysis, como já foi dito, surgiu como uma iniciativa dos(as) professores(as) e alunos(as) do Departamento de Serviço Social da UFSC. Atualmente, a revista tem repercussão nacional. Apesar disso, os(as) autores(as) que publicam na

revista Katálysis, em sua maioria, são da região sul do nosso país (ver quadro 5). Em números absolutos eles(as) correspondem a 43 do total de 89 autores(as) pesquisados(as), ou seja, percentualmente, 48% do total. Isto se deve, em grande medida, à origem da revista Katálysis: vinculada ao único curso de Serviço Social público na região sul. A região sudeste participa com 11 (12%) autores(as) que publicaram suas pesquisas com seres humanos na revista Katálysis. Se somarmos as demais regiões brasileiras – norte, nordeste e centro-oeste – encontraremos 11 (12%) autores(as) do total pesquisado, sendo que, a grande maioria deles(as) são da região nordeste. Os demais autores 24 (27%) são de outros países latinoamericanos, principalmente, e estadunidenses.

Quadro 6 – Distribuição geográfica dos(as) autores(as) que publicaram pesquisas com seres humanos na revista Katálysis

Locais		Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Brasil	Região Sul	43	48
	Região Sudeste	11	12
	Demais regiões	11	12
Outros países latinoamericanos e Estados Unidos		24	27
TOTAL		89	100 ¹⁴

A maioria desses(as) autores(as) possui alguma titulação em Serviço Social: 55 (62%) (ver quadro 6). Contudo, não há informação suficiente para sabermos se este é o número exato, visto que não foi possível obter estes dados de 5 autores(as) (6% do total). 29 (32%) dos(as) autores(as) não possuem qualquer titulação em Serviço Social.

¹⁴ As porcentagens somam 99%. Esta defasagem se deve a regra de arredondamento, visto que dois valores (“Região sudeste” e “Demais regiões”) na realidade correspondem a 12,359% e, se somados, daria algo em torno de 25% e não 24%.

Quadro 7 – Titulação acadêmica dos(as) autores(as)

Titulação acadêmica	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Possui títulos em Serviço Social	55	62
Não possui títulos em Serviço Social	29	32
Não há informação	5	6
TOTAL	89	100

Quando essas pesquisas são publicadas, em sua maioria, os(as) autores(as) são professores(as) vinculados a alguma universidade (55 autores/as – 62%) (ver quadro 7). Enquanto isso, profissionais de campo correspondem a 14 autores(as) (16%). 10 (11%) alunos(as) e ex-alunos(as) assinaram autoria de artigos oriundos de pesquisas envolvendo seres humanos. Os(as) pesquisadores(as) somam 10 (11%) do total de 89 autores(as).

Quadro 8 – Filiação institucional dos(as) autores(as)

Filiação institucional	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Professores (as)	55	62
Profissionais de campo	14	16
Alunos (as) e ex-alunos (as)	10	11
Pesquisadores (as) e auxiliares de pesquisa	10	11
TOTAL	89	100

Se somados todos(as) os(as) outros(as) pesquisadores(as), excetuando-se os(as) professores(as), chegamos a 38%, ou seja, um pouco mais da metade do total de professores(as) que publicaram suas pesquisas com seres humanos. Voltamos, então, nossa atenção ao fato de que, mesmo mais da metade dos(as) autores(as) tendo alguma titulação em Serviço Social, a maioria deles(as) pertencem a área acadêmica.

Segundo Bourguignon (2007) “é no contexto acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social, e é neste contexto que se enfrenta o desafio de construir articulações orgânicas, entre a produção de conhecimento e a prática profissional.” (Bourguignon, 2007, p. 49). Ainda segundo a autora, o Serviço Social traz a pesquisa como uma tradição ligada à vida acadêmica, principalmente, no que diz

respeito à pós-graduação. Essa pode ser uma explicação para a pouca publicação por parte dos(as) profissionais. Este raciocínio serve de embasamento para aqueles(as) que dizem que a teoria e a prática são coisas distintas e coloca a pesquisa como “competência apenas de docentes, de especialistas, e que deve ocorrer no espaço acadêmico.” (Bourguignon, 2007, p. 48-49). Tal afirmação favorece a falta de investimentos em pesquisas realizadas nos espaços institucionais e na preparação das (os) assistentes sociais enquanto pesquisadores(as).

2.4. Quem é pesquisado?

Os sujeitos de pesquisa do Serviço Social, em geral vivenciam alguma situação de vulnerabilidade. Segundo os dados recolhidos, a maioria das pessoas pesquisadas é adulta (42 - %), ou seja, tem mais de 18 anos (ver quadro 8)¹⁵. As pesquisas realizadas com crianças e adolescentes somam 11 (20%), enquanto foram registradas apenas 2 (4%) pesquisas que envolvessem idosos, direta e indiretamente. Contudo, 7 (13%) pesquisas publicadas não continham informações suficientes para identificar com exatidão qual foi a faixa etária de seus(suas) participantes.

Quadro 9 – Faixa etária das pessoas pesquisadas

Faixa etária	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Adultos	42	68
Crianças e Adolescentes	11	20
Idosos	2	4
Não há informação	7	13

Ao definir vulnerabilidade, a resolução CNS n.196/96 deixa margem para que se considerem diferentes fatores nesta determinação. Uma pessoa é tida como vulnerável quando qualquer motivo ou razão diminua a sua capacidade de decidir o que é melhor

¹⁵ Os artigos pesquisados somam 54. Entretanto, existiram pesquisas que envolveram participantes de faixas etárias distintas, gerando um número total maior que o número de artigos. A freqüência relativa foi calculada segundo o número total de artigos pesquisados, visto que o intuito é apresentar a porcentagem de artigos que pesquisaram aquela faixa etária. Isto também gerou um total maior que 100%.

para si própria (Brasil, 1996). Portanto, a idade dos(as) participantes é um fator importante para definir a vulnerabilidade, porém, não exclusivo.

“Preocupar-se com o sujeito implica em não perder de vista o contexto sócio-histórico em que se insere e em que se dão as relações entre o profissional assistente social e o cidadão. A preocupação com o reconhecimento do sujeito-cidadão está presente no projeto ético-político da profissão e necessita ganhar maior relevância, tanto no âmbito da prática profissional em organizações sociais, como no desenvolvimento de pesquisas científicas.”

(Bourguignon, 2007, p.51)

O(a) indivíduo(a) deve ser entendido dentro da sua integralidade. O sujeito de pesquisa do Serviço Social é um(a) usuário(a) dos serviços públicos e deve ser considerado como um(a) cidadão(cidadã) que é dono(a) da sua própria história (Bourguignon, 2007).

Os dados obtidos permite-nos afirmar que as populações pesquisadas sofrem algum tipo de vulnerabilidade, principalmente, extrínseca. A maioria dos(as) participantes tem baixa escolaridade e sofrem com a falta de acesso a políticas públicas. Foi alvo de pesquisas, pessoas em situação de rua, privação de liberdade, desemprego, que vivenciaram e/ou vivenciam situações de violência doméstica e social, dentre outras¹⁶. Dependendo de como os dados são apresentados, principalmente em artigos que buscam traçar perfis, os (as) participantes podem ser de alguma forma estigmatizados¹⁷. Estes são entendidos aqui como aqueles(as) que não correspondem a uma expectativa daquilo que a sociedade pauta como normal. Segundo Goffman (2008), estigmatizado é o “indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena.” (Goffman, 2008, p.7). Segundo Rogers e Ballantyne (2008), o risco de discriminação e exclusão social devem ser levados em consideração pelos(as) pesquisadores(as). As pessoas pesquisadas não devem ser vistos somente como dados ou fontes de informação e sim como cidadãos (cidadãs) sujeitos de direitos.

¹⁶ Não foram citadas todas as populações pesquisadas buscando preservar o anonimato dos artigos e de seus (suas) autores (as).

¹⁷ Esse dado foi encontrado durante a etapa de análise de dados, principalmente ao analisarmos os artigos de pesquisas que traçam perfis. Estes estudos podem levar a uma generalização do perfil traçado, estigmatizando pessoas que se enquadram no perfil, mas não se enquadram no universo pesquisado.

2.5. Quais os cuidados éticos adotados?

Os critérios éticos exigidos pela resolução CNS n.196/96 basicamente incluem: a concessão do TCLE, preservando a voluntariedade da participação e o respeito à dignidade e decisão do (a) indivíduo (a) participante da pesquisa; o equilíbrio entre os riscos e benefícios que a pesquisa possa trazer; a realização da pesquisa somente quando há alguma relevância social para os (as) participantes; proporcionar a confidencialidade e a privacidade, garantindo que as informações não sejam usadas para o prejuízo dos (as) participantes; o respeito aos valores culturais, sociais e costumes dos (as) pesquisados (as); propiciar que o estudo se traduza em benefícios para as pessoas e populações pesquisadas; e assegurar, neste caso, o retorno social da pesquisa (Brasil, 1996).

Como cuidado ético, 36 artigos (67% do total pesquisado) utilizaram o anonimato dos(as) participantes. Este anonimato foi garantido de várias formas, como por exemplo, pseudônimos ou nomes trocados por números. O respeito às normas legais e éticas (tais como a Declaração de Helsinque e Resolução CNS n.196/96) foram relatados em 15 artigos (28%). Somente 8 artigos (15%) afirmaram expressamente que a sua pesquisa foi aprovada por CEP (ver quadro 10).¹⁸

Quadro 10 – Principais cuidados éticos adotados pelos(as) autores(as)

Cuidados éticos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Anonimato	36	67
Normas legais e éticas (Declaração de Helsinque e Resolução CNS n.196/96)	15	28
CEP	8	15

¹⁸ Os artigos pesquisados somam 54. Entretanto, existiram pesquisas que adotaram mais de um cuidado ético, gerando um número total maior que o número de artigos. A freqüência relativa foi calculada segundo o número total de artigos pesquisados, visto que o intuito é apresentar a porcentagem de artigos que pesquisaram aquela faixa etária. Isto também gerou um total maior que 100%.

Alguns autores (as) simplesmente optaram por não dizer se os nomes utilizados eram fictícios ou, até mesmo, por citar os nomes dos (as) entrevistados (as). A alegação era que os (as) participantes autorizaram a citação. Alguns artigos não citam o anonimato como um cuidado ético. Outros deixam dúvidas de se as pessoas foram informadas da possível repercussão que o artigo poderia ter, ou que as falas seriam utilizadas na íntegra.

Apesar dos(as) autores(as) respeitarem alguns critérios éticos exigidos pelas normas legais e éticas que atualmente regulamentam a pesquisa envolvendo seres humanos, constatamos que 36 (67%) artigos pesquisados não relatam a obtenção do TCLE. Os termos obtidos por escrito ou de forma oral correspondem a 16 (29%) dos artigos pesquisados. Os consentimentos cedidos informalmente – como, por exemplo, a autorização da presença do(a) pesquisador(a) enquanto tal no cotidiano da população pesquisada – foram obtidos por 2 (4%) dos artigos estudados (ver quadro 11).

Quadro 11 – Artigos que constam o pedido do TCLE aos(as) participantes

Obtenção do TCLE	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Escrito ou oral	16	29
Informal	2	4
Não há relato	36	67
TOTAL	54	100

O uso de depoimentos sem prévia autorização do (a) depoente para pesquisas que podem ser publicadas posteriormente fere a participação voluntária. Há uma quebra da confiança na relação pesquisador(a)-pesquisado(a), no caso das (os) assistentes sociais, na relação com o (a) usuário (a). Isto pode acarretar em descrédito tanto para o (a) profissional, quanto para instituição a qual ele (a) pertence. E de uma forma mais ampla, pode (re)vitimizar os (as) participantes da pesquisa, podendo aprofundar a vulnerabilidade vivenciada e resultar em discriminação e estigma. A obtenção do TCLE é uma garantia também para o (a) pesquisador (a), que poderá se resguardar de qualquer problema futuro que possa surgir (Barroco, 2009).

Outro critério pautado pela resolução CNS n. 196/96 é a devolução dos resultados da pesquisa para os (as) participantes. Apesar de considerarmos a publicação

do artigo como uma forma de devolução dos dados, persiste a incógnita de se esta é uma forma eficiente de repassar os resultados aos (às) participantes, visto que nem todos (as) tem acesso a revistas científicas.

Como resultado, 4 artigos (7% do total) disseram devolver os dados à população estudada (ver quadro 12). Contudo, 50 artigos não informaram se divulgaram o resultado da pesquisa aos(as) participantes. Isto corresponde a 93% dos artigos estudados.

Quadro 12 – Devolução do resultado da pesquisa para os(as) participantes

Devolução dos dados	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Houve devolução	4	7
Não há relato	50	93
TOTAL	54	100

Segundo o artigo 5º do Código de Ética profissional, entre os deveres das (os) assistentes sociais, encontra-se o de “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses” (CFESS, 1993, título III, capítulo I, artigo 5, alínea d). Ter em posse os resultados de uma pesquisa pode mudar a realidade vivenciada por uma comunidade ou uma pessoa. A resolução CNS n. 196/96 estabelece que a pesquisa gere benefícios para as pessoas e populações estudadas, além de que eles (as) tenham um retorno social dos resultados. Por isso, a devolução dos dados para a população participante é tão importante, mas por vezes, é relegada.

Considerações Finais

Podemos inferir dos resultados, que os artigos oriundos de pesquisas com seres humanos estudados falam majoritariamente sobre trabalho e utilizam a técnica de entrevista. Os artigos foram escritos em português, recebem algum tipo de financiamento e são realizados com pessoas, em alguma medida, vulneráveis. Os (as) pesquisadores (as) são provenientes do sul do Brasil e possuem alguma titulação em Serviço Social. A maioria dos (as) autores (as) é da área acadêmica. Os artigos não relatam respeito às normas legais e éticas, assinatura de TCLE e devolução dos dados para a população.

Esse estudo consistiu em uma análise documental dos cuidados éticos adotados pelos (as) autores (as) que publicam na revista Katálysis. O campo da ética em pesquisa mostra-se um campo de estudo fértil para o Serviço Social. Um importante objeto para pesquisas futuras seria a análise das falas dos (as) profissionais de Serviço Social sobre o assunto. A visão destes (as) profissionais pode apresentar outros aspectos que não puderam ser localizados e observados em uma pesquisa documental. Além disso, poderia revelar em que medida os (as) profissionais de Serviço Social, alunos (as) de mestrado, doutorado e professores (as) conhecem e adotam a Resolução CNS 196/96.

A comunidade científica do Serviço Social ainda desconhece ou mesmo não adota cuidados éticos que visam a proteção dos (as) participantes dos estudos e esse é um tema a ser debatido pelo campo. Adotar os cuidados éticos previstos na Resolução CNS n. 196/96, tais como a assinatura do TCLE, deve ser um cuidado metodológico central em virtude de se tratarem de pesquisas realizadas com pessoas vulneráveis. Além disso, as pesquisas são realizadas por alunos (as) de mestrado e doutorado, ou feita por docentes da área e com financiamento público – como mostrou o perfil traçado por esta pesquisa. Segundo Garcia (2009, p.9): “a informação é um bem público; a pesquisa científica é financiada com recursos públicos e, portanto, deve poder ser acessada pelo público em geral; a web permite a publicação de documentos de forma livre e a democratização do acesso à informação”. Contudo, se desrespeitada a integridade da pessoa pesquisada, essa democratização pode gerar prejuízos.

O projeto ético-político do Serviço Social prevê a construção de uma nova sociedade. Entretanto, isto não pode ser alcançado sem o respeito à dignidade e à

integridade dos (as) usuários (as), que acabam por serem alvos da nossa pesquisa. Rogers e Ballantyne (2008) apontam que desde que tratadas com respeito, que a pesquisa não cause prejuízos e possa trazer algum benefício para a população pesquisada, a pesquisa com pessoas vulneráveis é muito importante para compreender a realidade que os (as) rodeia. Cabe ao (à) assistente social manter um pensamento “de permanente crítica e indignação com as manifestações sociais do modelo de desenvolvimento econômico, que sujeita a maioria da população ao processo de exclusão social” (Bourguignon, 2007, p.48).

Não há escolhas verdadeiramente livres dentro do sistema capitalista, onde existem cidadãos (cidadãs) que não tem acesso a políticas públicas e ao básico para a sua sobrevivência. Com isso, a participação em uma pesquisa pode ser a chance de expor um problema ou uma tentativa de obter solução. Portanto, a adoção de cuidados éticos é fundamental para a realização de qualquer pesquisa que não queira ferir a integridade de seus (suas) participantes.

Referências Bibliográficas

- ARREGUI, Carola C.; WANDERLEY, Mariangela B. . A vulnerabilidade social é atributo da pobreza?. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 97, 2009.
- BARROCO, M.L.S. Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social. **Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social**, 2005. Disponível em <<http://www.cpihts.com/PDF02/Lucia%20Barroco.pdf>>. Acesso em 17 dez. 2010 ______. Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. **Temporalis**, Brasília, n. 17, 2009.
- BEHRING, E. R.. Fundamentos de Política Social.In: MOTA, Ana Elisabete et.al. (orgs.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo:Cortez Editora, 2006.
- BELAVILAQUA, C.B. Ética e planos de regulamentação da pesquisa: princípios gerais, procedimentos contextuais. . In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (orgs.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica, Brasília: Letras Livres/Editora Unb, 2010.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n.spe., 2007 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0510spe.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS n. 196 de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Resolução n° 145 Conselho Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. WebQualis. Consultar. Periódico. **Revista Katálysis**. Disponível em

<<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/Index.faces;jsessionid=7A0192CC7C5FBD75889A9ECEB1F15387>>. Acessado em 22 nov. 2010.

_____. Home. Sobre a Capes. **História e missão**. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acessado em: 22 jul. 2011

CASSAB, Latif Antonia. Subjetividade e pesquisa: expressão de uma identidade. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 7, n. 2, 2004 . Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewArticle/6844>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

CEP-IH. Comitê de ética em pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Apresentação. Disponível em: <<http://www.cepih.org.br/index.htm>>. Acesso em 14 ago. 2011.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em 19 jan. 2011.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Home. O CNPq. Disponível em <<http://www.cnpq.br/cnpq/index.htm>>. Acessado em 22 jul. 2011.

CRESWELL, John W. . Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DINIZ, D. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, abr. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 jan. 2011.

_____. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200017&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 11 fev. 2011.

_____. A pesquisa social e os Comitês de Ética no Brasil. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (orgs.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica, Brasília: Letras Livres/Editora Unb, 2010.

_____; CORREA, M.. Declaração de Helsinque: Relativismo e vulnerabilidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n3/4650.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2011.

_____; GUERRIERO, Iara. Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico. . In: DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. (orgs.). Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: Letras Livres/Editora UnB; 2008.

FIALHO, Paula Juliana Foltran. **Estratégias para a consolidação do direito à saúde: uma parceria entre Estado e Sociedade Civil na elaboração e execução de políticas públicas – estudo de caso das parteiras tradicionais no interior de Pernambuco.** Monografia (Graduação) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, 2004.

FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. Antropologia, ética e regulamentação. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (orgs.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica, Brasília: Letras Livres/Editora Unb, 2010.

GARCIA, M. L.. Há pedras no meio do caminho: reflexões sobre a produção científica em periódicos da área de Serviço Social. **Argumentum**, v.1, n.1, 2009. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/7/9>>. Acessado em 10 mai. 2011.

GIBBS, Graham. Codificação e categorização temáticas. In: Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Bookman/Artmed. 2009:59-68

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLISZEK, Andrew. Cobaias Humanas: a história secreta do sofrimento provocado em nome da ciência. Rio de Janeiro:Ediouro, 2004. Tradução de Vera de Paula Assis.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D.. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 dez. 2010.

GUEDES, C.. Serviço Social e acesso livre aos periódicos: um desafio ético. **Argumentum**, v.1, n.1, 2009. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/10/12>>. Acessado em 10 mai. 2011.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; DALLARI, Sueli Gandolfi. The need for adequate ethical guidelines for qualitative health research. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n2/a02v13n2.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

GUILHEM, D.; DINIZ, D. O que é ética em pesquisa. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____; GRECO, D. A Resolução CNS n. 196/96 e o Sistema CEP/CONEP. In: DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. (orgs.). Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: Letras Livres/Editora UnB; 2008.

KOTTOW, M. A história da ética em pesquisa com seres humanos. In: DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. (orgs.). Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: Letras Livres/Editora UnB; 2008.

LARA, R. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, número especial, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 dez. 2010

MacRAE, Edward; VIDAL, Sergio Souza. A resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. **Revista de Antropologia**, v. 49, nº 2, São

Paulo: USP, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v49n2/05.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Anthropological contributions for thinking and acting in the health area and its ethical dilemmas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 fev. 2011.

MUÑOZ SANCHEZ, A. I.; BERTOLOZZI, M. R.. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva?. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2007. Disponível em <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 mai. 2011.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. Pesquisas *em versus* pesquisas *com* Seres humanos. In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (orgs.). Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. Disponível em <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/AntropologiaEtica.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

PEREIRA, Lívia Barbosa. **O campo de estudo de gênero no Serviço Social a partir de uma análise das publicações na revista Serviço Social e Sociedade**. Monografia (Graduação) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, 2006.

PLATAFORMA LATTES. Inicial. Saiba mais. A Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/conteudo/aplataforma.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

REVISTA KATÁLYSIS. Instrução aos autores. **Normas para apresentação de trabalhos**. Disponível em <<http://www.katalysis.ufsc.br/conteudo.php>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

ROGERS, W.; BALLANTYNE, A. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. In: DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. (orgs.). Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: Letras Livres/Editora UnB; 2008.

SARDENBERG, T. et al . Análise dos aspectos éticos da pesquisa em seres humanos contidos nas Instruções aos Autores de 139 revistas científicas brasileiras. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 45, n. 4, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42301999000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 dez. 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano 1, n. 1. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2011.

SCHMICKLER, C.M.. Revista Katálysis comemora dez anos. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe., 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0110spe.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2011.

SCHMIDT, M.L.S. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In: GUERRIERO, I.C.Z.; SCHMIDT, M.L.S; ZICKER, F. (orgs.). Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde. São Paulo: Aderaldo&Rothschild, 2008.

SCIELO BRASIL. Inicial. Avaliação de periódicos. Critérios SciELO Brasil: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/avaliacao/criterio/scielo_brasil_pt.htm>. Acesso em: 14 jul. 2011.

SKLOOT, Rebecca. A vida imortal de Henrietta Lacks. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Tradução de Ivo Korytowski.

THE ELIE WIESEL FOUNDATION FOR HUMANITY. Home. Elie Wiesel.
Disponível em: <<http://www.eliewieselfoundation.org/eliewiesel.aspx>>. Acesso em: 25
jul. 2011.

TURNER, Bryan S. . Vulnerability and suffering. In: TURNER, Bryan S. .
Vulnerability and human rights. Essays on human rights. pp. 25-44. Pennsylvania,
USA:The Pennsylvania State University Press, 2006. Tradução livre.

WIESEL, Elie. Foreword (prefácio). In: Annas, G.J.; Grodin, M.A. (eds.). The Nazi
doctors and the Nuremberg Code: human rights in human experimentation. New York:
Oxford University Press, 1992. Tradução livre.

Anexo

Instrumental – Roteiro

1. Informações gerais

1.1. Artigo:

1.2. Autor:

1.3. Número e Ano da Revista:

2. Informações sobre os autores

2.1. Nacionalidade:

2.2. Formação Acadêmica:

2.2.1. [] Serviço Social

2.2.2. [] Ciências Sociais

2.2.3. [] Ciências da Saúde. Qual? _____

2.2.4. [] Outros. Qual? _____

2.3. Títulos:

2.3.1.1. Mestrado:

2.3.1.1.1. [] Sim

2.3.1.1.2. [] Não

2.3.1.1.3. Área da Ciência:

2.3.1.2. Doutorado:

2.3.1.2.1. [] Sim

2.3.1.2.2. [] Não

2.3.1.2.3. Área da Ciência:

2.4. Filiação Institucional:

3. Informações sobre o artigo

3.1. Área temática:

3.2. Palavras-chave:

3.3. Idioma publicado:

3.4. Metodologia utilizada:

3.4.1. [] Empírica/Relato de Experiência

3.4.2. [] Questionário

3.4.3. [] Entrevista

3.4.4. [] Observação

3.4.5. [] Outro. Qual? _____

3.5. Local da coleta de dados:

3.6. Trabalha(va) na/o instituição/local: [] Sim [] Não

3.7. Quem financiou a pesquisa?

3.8. Perfil dos Participantes:

3.8.1. Faixa etária:

3.8.1.1. [] Adultos

3.8.1.2. [] Adolescentes

3.8.1.3. [] Crianças

3.8.1.4. [] Homens

3.8.1.5. [] Mulheres

3.8.2. Vulneráveis?

3.8.2.1. [] Sim

3.8.2.2. [] Não

3.8.2.3. Em que medida?

3.9. Cuidados éticos adotados:

3.9.1. São citados explicitamente no artigo?

3.9.1.1. [] Sim

3.9.1.2. [] Não

3.9.2. Quais foram os cuidados éticos adotados?

3.9.2.1. TCLE:

3.9.2.1.1. [] Não há relato

- 3.9.2.1.2. [] Escrito
3.9.2.1.3. [] Oral

3.9.3. Houve devolução dos dados?

- 3.9.3.1. [] Sim
3.9.3.2. [] Não
3.9.3.3. Como?

4. Outras observações importantes